

VISÃO DO CORREIO

Supremo acerta ao rejeitar o “juridiquês”

Quem dedicou essa terça-feira à transmissão da TV Justiça, que teve suas imagens compartilhadas em diferentes sites, perfis e canais por assinatura, da primeira fase do julgamento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras sete pessoas pode ter terminado o dia ansioso pelos votos dos ministros, que só devem acontecer hoje em Brasília.

Mais do que inquieto, o cidadão pode também ter se cansado com as longas argumentações da Procuradoria-Geral da República (PGR) e das defesas dos oito acusados. Na primeira fase da agenda, a PGR, por meio do chefe do Ministério Público, Paulo Gonet, reapresentou com detalhes a denúncia oferecida contra os possíveis réus pela articulação dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Documentos que já foram amplamente divulgados e debatidos na imprensa.

Na sequência, foi a vez dos advogados de cada um dos acusados apresentarem os motivos pelos quais seus clientes não devem ser processados. Faz parte do rito judiciário. Cada um tem um tempo pré-determinado para apresentar seu ponto de vista sobre o fato em questão, e o uso como bem pretender.

Na parte que coube aos ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), destaque especial para a didática de Alexandre de Moraes. Ao contrário do que se espera de um julgamento como esse, o relator do caso adotou uma linguagem mais próxima do cidadão, usando gráficos, dados sobre as condenações assinadas por ele no âmbito do 8 de Janeiro e, até mesmo, expressões mais populares, longe do tão reclamado “juridiquês”.

“Há uma narrativa, assim como se

a Terra fosse plana, de que o Supremo estaria condenando ‘velhinhas com a Bíblia na mão’ que estariam passeando num domingo ensolarado (...) Nada mais mentiroso do que isso”, disse Moraes ao introduzir sua argumentação em defesa do trabalho feito pela Corte para punir os participantes dos atos de 8 de Janeiro. A linguagem direta e simples é uma bola dentro do ministro, sobretudo em um julgamento de ampla repercussão popular.

Postura semelhante adotou o ministro Flávio Dino — esse já conhecido pela habilidade discursiva — ao dizer que a Corte não terá seu trabalho comprometido por “milícias digitais, sejam as nacionais, sejam estrangeiras, porque o Brasil é um país soberano”. O recado tem destinatário claro: o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter) e integrante do governo de Donald Trump, que trava uma longa batalha discursiva e judicial com o STF.

A escolha do Supremo por um vocabulário mais próximo da realidade, sem os termos jurídicos pouco inteligíveis à sociedade, vem em boa hora, sobretudo em se tratando de um processo polêmico — com críticas, inclusive, à forma como tem sido conduzido — e de um período de pouca confiabilidade nas instituições — incluindo as que fazem parte do Judiciário.

Cidadãos capturados pelas “milícias digitais” citadas por Dino e descrentes da seriedade esperada de agentes públicos tendem ao extremismo que tanto ataca a nossa democracia. Espera-se, portanto, que o abandono do “juridiquês” se expanda para além de casos de ampla repercussão. Comunicar é algo ainda mais fundamental em tempos de fake news e de ameaças às liberdades.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

STF

Estão divulgando gravações de vídeos nas redes sociais dizendo que Bolsonaro não pode ser considerado culpado e condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entendimento dessas pessoas, não houve um golpe de Estado. Ora, os mais leigos dos conhecimentos jurídicos sabem que a tentativa de um golpe é, sim, um crime de maior potencialidade, porque tentam contra a humanidade. As provas colhidas pela PF mostram o envolvimento de Bolsonaro como o verdadeiro líder dos golpistas. Diante de todas essas insanidades, fica a pergunta: o que levou centenas de milhares de mães e pais de famílias, pessoas de bem e inteligentes, a cometer tantas insanidades a favor de um cara doente pelo o poder? É triste ver todas essas pessoas sendo julgadas, condenadas e afastadas do convívio familiar, mas pagando uma pena merecida pelos seus atos criminosos. Enquanto isso, o “mito” sequer foi a um presídio fazer uma visita aos apenados. Ele está agindo em benefício próprio, convocando apoiadores para as manifestações e pedindo anistia, com objetivo de salvar a própria pele.

» **Evanildo Sales Santos**

Gama

Bullying

Deveria ter leis mais eficientes para combater essas ações de bullying. São ações inaceitáveis, de desrespeito e agressividade, não só com crianças e adolescentes, mas com todos. As pessoas estão cada vez mais amargas e frustradas, destilando ódio por toda a parte.

» **Renata Costa**

Brasília

Privatização de parques

Frequento o Parque Ibirapuera quando vou a São Paulo e não gasto nada. Tem bebedouro e banheiro público limpos. Paga-se para consumo de bares. Em Brasília, temos banheiros sujos, quiosques velhos e improvisados no parque. Apesar da água limpa da Caesb, os bebedouros estão mal conservados. Se a privatização permitir, como no Ibirapuera, banheiros e água limpos a todos, privatização já do parque daqui.

» **André Dusi**

Brasília

Geoeconomia

Entre dádivas e mercadorias, a antropóloga Marilyn Strathern sintetiza — “pode-se imaginar esse eixo como uma diferença entre metáforas de base: se, numa economia mercantil, as pessoas e as coisas assumem a forma social de coisas, numa economia de dádivas elas assumem a forma social de pessoas” (*O gênero da dádiva*, 1988). A geoeconomia refere-se aos estudos das ações políticas sobre o mundo econômico e vice-versa. Apesar da certeza de que as potências que gozam de grande reconhecimento decaem, cumprindo uma lei da geografia política, nos dizeres de Friedrich Ratzel (1844-1904), elas procuram retardar ao máximo tal acontecimento, ampliando seus poderes econômicos, políticos, coercitivos e simbólicos. Costumam também não “socializar” aquilo que adquiriram, nem permitir intercâmbios tão abertos e virtuosos, embora promovam, nas relações internacionais, uma boa imagem de nações empenhadas pela democracia global. A ironia como produção de humor e crítica social não pode faltar à mesa do cidadão para enfrentar as turbulências do mundo econômico. Como bem disse o músico Tim Maia (1942-1998), “o mundo só vai ficar legal depois que terminar o dinheiro, porém que não me falte nenhum enquanto não terminar!”.

» **Marcos Fabrício Lopes da Silva**

Asa Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Bolsonaro: “Carla Zambelli tirou meu mandato em 2022”. Mirou em um e acertou no outro.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O aumento da gasolina não é culpa do Lula, o aumento dos alimentos não é culpa do Lula, mas o empréstimo é do Lula.

José A. de Oliveira — Brasília

Consignado CLT atinge 40 milhões de simulações, e nem 3 mil acordos foram fechados.

O povo não está pegando qualquer coisa. Ainda bem!

Rafael J. Cardoso — Gama

Muitos episódios recorrentes de choques elétricos nos últimos dias. Muitos mesmo.

Está preocupante!

André Silva Júnior — Brasília

Se não tiver uma política de segurança melhor, vai quebrar o comércio. Agora, além de se preocupar com as vendas, o comerciante fica de “cabeça quente” com a violência.

Marcos Gomes Figueira - Águas Claras

Minas Gerais tem 15 barragens em risco construídas com o mesmo método de tragédias.

É só uma questão de tempo até o desastre anunciado acontecer de novo!

Henrique Dantas — Brasília

A ação de Deus permitiu que os médicos não desistissem do papa Francisco e prolongassem sua presença na condução da Igreja de Cristo.

Antonio Carlos de Magalhães — Brasília



RODRIGO CRAVEIRO
rodrigo.craveiro@gmail.com

Contas com o passado

Olhar para o passado para que ele não se repita no presente. É dever sagrado de toda a nação preservar o Estado de Direito como jóia rara. Aquelas que enfrentaram anos de chumbo devem usar a democracia como farol para iluminar a verdade e assegurar a reparação a familiares e vítimas das masmorras. Acertar as contas com a história é essencial para garantir que o horror não se repita. Também para que os mortos pelo regime militar descansem em paz. Na segunda-feira, entrevistei dois sobreviventes da ditadura argentina e um homem que tinha apenas dois anos quando testemunhou o assassinato dos pais. Depois de quase meio século, tudo o que pedem é justiça. É exatamente isso o que nós, brasileiros, devemos cobrar das nossas autoridades.

Chega a ser vergonhoso que o Brasil não tenha avançado na busca pela verdade e na reparação às vítimas. Mais: que cidadãos não se importem em defender o retorno da ditadura militar ao país. Tal comportamento demonstra distopia em relação aos fatos da história ou mesmo ignorância. Em 2023, estivemos à beira de novo golpe militar, 59 anos depois. Não fosse a sobriedade do comandante do Exército e o compromisso com as instituições do Estado, estaríamos todos amordaçados e sob o risco de desaparecimento forçado.

Discutir anistia aqui, na Argentina, no Chile ou no Uruguai equivale a lançar a história na lata de lixo e cuspir sobre os caixões das vítimas. Uma coisa é

perdoar um pai de família que rouba um litro de leite ou uma bolacha para dar ao filho. Outra coisa é anistiar os filhos de uma nação que conspiram contra sua mãe.

Não se trata de vingança, mas de justiça. A punição deve ser proporcional ao crime. O Brasil e os países que fizeram parte da Operação Condor — que lançou presos políticos no Oceano Atlântico — precisam avançar nos tribunais. Alguns deles, como a Argentina e o Uruguai, fizeram avanços ao levar ao banco dos réus e condenar agentes da ditadura. Outros, como o Brasil, chegaram a instalar comissões da verdade, mas permaneceram estagnados. O desleixo e a cegueira histórica abrem espaço para ameaças à democracia.

É preciso punir os que cometeram barbáries durante o regime militar — os poucos ainda vivos — e aqueles que tentaram violentar o Estado de Direito. Punição não apenas aos donos dos coturnos que brutalizaram seres humanos, mas também aos mandantes da tentativa de golpe e aos que, seduzidos por um discurso distorcido, lançaram-se em uma “aventura” antidemocrática.

Negar a anistia é ter coerência. Quem viola os direitos humanos, comete crimes de lesa-humanidade ou atenta contra o Estado de Direito tem que prestar contas com a Justiça. Seis décadas depois de 1964, cabe a nós escutar os gritos de dor vindos do pau-de-arara e confrontar os fantasmas que assombram o passado da nossa nação.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp

Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078

- Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioesweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br